

SUBPROJETO IV

ANUÁRIO DOS TRABALHADORES 2006 COM SÉRIE HISTÓRICA: INFORMAÇÕES REGULARES PARA O DIÁLOGO SOCIAL

Pesquisa / Estudo

(Outros produtos específicos de Pesquisa/Estudo)

Paper 10

Conteúdo referente a avaliação das fontes e índices e construção de indicadores sobre a vulnerabilidade:

Aspectos metodológicos dos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – n°. 075/2005 e Primeiro Termo Aditivo

2007

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



Ministério do
Trabalho e Emprego



Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro do Trabalho e Emprego

Carlos Lupi

Secretário Executivo - SE

André Peixoto Figueiredo Lima

Secretário de Políticas Públicas de Emprego - SPPE

Ezequiel Sousa do Nascimento

Secretário de Relações do Trabalho – SRT

Luiz Antonio de Medeiros Neto

© copyright 2007 – Ministério do Trabalho e Emprego

Secretaria de Políticas Públicas de Emprego – SPPE

Departamento de Qualificação – DEQ

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 3º andar, sala 300

CEP 70059-900 – Brasília – DF

Telefones: (0XX61) 3317-6239 / 3317-6004 – FAX: (0XX61) 3317-8217

E-mail: qualificacao@mte.gov.br

Obs.: os textos não refletem necessariamente a posição do Ministério do Trabalho e Emprego.

DIEESE

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

Rua Ministro Godói, 310 – Parque da Água Branca – São Paulo – SP – CEP 05001-900

Fone: (11) 3874 5366 – Fax: (11) 3874 5394

E-mail: en@dieese.org.br

<http://www.dieese.org.br>

Direção Nacional

João Vicente Silva Cayres – Presidente - SIND Metalúrgicos ABC

Carlos Eli Scopim – Vice-presidente - STI Metalúrgicas Mecânicas Osasco

Tadeu Moraes de Sousa – Secretário - STI Metalúrgicas São Paulo Mogi Região

Direção Técnica

Clemente Ganz Lúcio – Diretor Técnico

Ademir Figueiredo – Coordenador de Desenvolvimento e Estudos

Francisco José Couceiro de Oliveira – Coordenador de Pesquisas

Nelson de Chueri Karam – Coordenador de Relações Sindicais

Claudia Fragozo dos Santos – Coordenadora Administrativa e Financeira

Convênio MTE/SPPE/CODEFAT – nº. 075/2005 e Primeiro Termo Aditivo

Ficha Técnica - DIEESE

Coordenação

Clemente Ganz Lúcio – Responsável Institucional pelo Projeto
Sirlei Márcia de Oliveira – Coordenadora Executiva
Mônica Aparecida da Silva – Supervisora Administrativa Financeira
Maria Valéria Monteiro Leite – Coordenadora Subprojeto I
Lavínia Maria de Moura Ferreira - Coordenadora Subprojeto II
Joana Cabete Biava – Coordenadora Subprojeto III
Pedro dos Santos Bezerra Neto – Coordenador Subprojeto IV
Paulo Roberto Arantes do Valle – Coordenador Subprojeto V
Suzanna Sochaczewski – Coordenadora Subprojeto VI
Ana Cláudia Moreira Cardoso – Coordenadora Subprojeto VII

Apoio Administrativo

Gilza Gabriela de Oliveira
Juliana da Silva Matos Leal
Maria Lúcia Leal de Oliveira
Maria Neuma Brito
Maria Nilza Macedo
Marleze Azevedo Fraga Elisiario
Natali Machado Souza
Rosane Emília Rossini
Terrânea Maria Bispo

Entidade Executora

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE

Consultores

Marlene Seica Shiroma Goldenstein
Solange de Souza Bastos
Sônia Maria Gonzaga de Oliveira

Financiamento

Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE

Ficha Técnica - UNICAMP

Coordenação

Claudio Salvadori Dedecca – Coordenador Geral do Projeto

Equipe Executora

Subprojeto III:

Claudio Salvadori Dedecca – Coordenação de Área
Amilton José Moretto – Pesquisador
Marcelo Weishaupt Proni - Pesquisador
Alexandre de Freitas Barbosa – Pesquisador
Adriana Jungbluth – Pesquisadora
Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro - Pesquisador
Cassiano José Bezerra Marques Trovão – Auxiliar de Pesquisa
Lara Borges Caldas – Auxiliar de Pesquisa
Camila Santos Matos de Freitas Ribeiro – Auxiliar de Pesquisa
Eccen Excelência em Tecnologia Ltda

Subprojeto IV:

Carlos Alonso Barbosa de Oliveira - Coordenação de Área
Márcio Percival Alves Pinto (afastado) – Coordenação de Área
Paulo Eduardo de Andrade Baltar - Pesquisador
Simone Silva de Deos - Pesquisador
Ana Rosa Ribeiro de Mendonça Sarti - Pesquisador
Marcos Antonio Macedo Cintra - Pesquisador
Rafael Fagundes Cagnin – Auxiliar de Pesquisa
Lígia Martins – Auxiliar de Pesquisa
Paulo Amora – Auxiliar de Pesquisa

Subprojeto IV:

Márcio Pochmann – Coordenação de Área
Anselmo Luís dos Santos – Coordenação de Área
José Dari Krein - Pesquisador
Leandro Pereira Morais - Pesquisador
Fabiano Lago Garrido – Auxiliar de Pesquisa
Thiago Figueiredo Fonseca Ribeiro – Auxiliar de Pesquisa

Contrato SPPE-MTE/DIEESE/IE-UNICAMP-FUNCAMP

SUMÁRIO

INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO: ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO	07
1. INTRODUÇÃO	07
2. INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO: SEUS LIMITES E DAS FONTES DE INFORMAÇÕES	11
3. SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO	30
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO

ASPECTOS METODOLÓGICOS DOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO

1.INTRODUÇÃO

Na primeira etapa desta pesquisa, apresentada no relatório anterior, buscou-se levantar, analisar e sistematizar a literatura nacional e internacional que trata das questões pertinentes às situações de vulnerabilidade social no mundo do trabalho. Ainda que contemplando análises de estudos voltados para compreender a problemática da vulnerabilidade social em geral – mas também, especificamente, da vulnerabilidade no mundo do trabalho –, em países desenvolvidos e em desenvolvimento com suas respectivas peculiaridades, todo o trabalho teve como orientação discutir um conjunto de temas, idéias e, especialmente, conceitos e questões metodológicas na perspectiva de refletir sobre a melhor forma de abordar conceitual e metodologicamente a vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro.

Isso significou levar sempre em conta que a sistematização bibliográfica e a discussão conceitual deveriam ajudar a compreender melhor como as especificidades brasileiras podem requerer avanços ou ajustes necessários à consecução de adequadas referências conceituais e metodológicas, suficientes para dar suporte à construção de indicadores de vulnerabilidade para o mundo do trabalho brasileiro.

Ao discutir o conceito de vulnerabilidade social e no mundo do trabalho, considerando diversos aspectos, e selecionar uma perspectiva conceitual que julgamos adequada para abordar casos de países como o Brasil, a primeira etapa da pesquisa contribuiu para destacar as diferentes e mais importantes dimensões das situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro. Conceitualmente, concluiu-se que as situações de vulnerabilidade social estão associadas à capacidade humana de enfrentar determinadas situações de risco, referindo-se, portanto, à maior ou menor capacidade de indivíduos, famílias ou grupos sociais de “controlar as forças que afetam seu bem-estar, ou seja, a

posse ou controle de ativos que constituem os recursos requeridos para o aproveitamento das oportunidades propiciadas pelo Estado, mercado ou sociedade” (Katzman 2001).

Foram considerados em situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho os indivíduos, famílias ou grupos portadores de ativos físicos, pessoais e sociais insuficientes para garantir que eles possam aproveitar as oportunidades de inserção ocupacional socialmente reconhecidas como minimamente aceitáveis e/ou adequadas, geradas pelos mecanismos de mercado, pelo Estado ou pela sociedade. Com isso, buscou-se um conceito capaz de contemplar não somente a dimensão da ausência de ativos ou de atributos pessoais (e familiares ou de grupos) dos que buscam ocupação nas sociedades capitalistas contemporâneas, mas também de incorporar a dimensão e os problemas relacionados à quantidade e à qualidade da oferta de oportunidades de trabalho, o que parece nos permitir tratar a questão da vulnerabilidade no mundo do trabalho numa perspectiva histórica, estrutural e dinâmica.

Como vimos, as situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho são constitutivas das sociedades capitalistas, que são movidas pela competição, fundadas na desigualdade e guiadas por uma lógica que reproduz a desigualdade social e, portanto, a repartição desigual da posse de ativos físicos, pessoais e sociais. Se, por um lado, baseado na experiência histórica de países de capitalismo avançado é possível afirmar que o grau e a extensão da vulnerabilidade no mundo do trabalho podem ser reduzidos – mas não eliminados – em contextos que determinam melhores condições de geração de oportunidades ocupacionais; por outro, percebe-se que tanto nos contextos mais desfavoráveis em termos de geração de oportunidades (maior vulnerabilidade), quanto naqueles menos desfavoráveis (menor vulnerabilidade), o agravamento da situação de vulnerabilidade para determinados grupos pode não ser resultado, necessariamente, de mudanças que se expressem por profundas perdas (absolutas) de posse no conjunto de seus ativos físicos, pessoais e sociais, mas principalmente pela limitação na oferta de boas oportunidades ocupacionais.

Em países pobres ou em desenvolvimento, as forças produtivas desenvolveram-se quantitativa e qualitativamente num ritmo bem menor. Isso significa que as ocupações geradas, a oferta de oportunidades de boas ocupações no mercado de trabalho, apresentaram historicamente um maior descompasso em relação à demanda dada pelo crescimento populacional. No conjunto, a estrutura de oferta de oportunidades nos mercados de trabalho também é marcada pela menor participação das

ocupações geradas em unidades produtivas mais organizadas e eficientes, com índices mais elevados de produtividade, com maior diversificação das ocupações, dos cargos e funções e, portanto, associadas a maiores salários, melhores condições de trabalho e maior acesso a benefícios trabalhistas. Também as estruturas de oferta de boas ocupações nestes países menos desenvolvidos são marcadas pela menor oferta relativa de ocupações no setor público – determinadas pela estabilidade, por rendimentos estáveis e, na maioria dos casos, acima da média em termos de qualidade de ocupação.

Com este menor progresso das forças produtivas, a renda média per capita é geralmente bem menor do que nos países desenvolvidos, assim como a estrutura tributária tende a ser regressiva. Essa situação não pode ser dissociada do fato de que também nesses países os serviços públicos e sociais básicos, assim como políticas semelhantes às aquelas que constituíram o *Welfare-State* nos países desenvolvidos, tiveram suas ofertas sempre muito restritas, do ponto de vista quantitativo e qualitativo.

Se, por um lado, os problemas mais acentuados, no que se refere à geração de oportunidades, já coloca uma parcela expressiva da população em situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, por outro lado, a reduzida abrangência e a baixa qualidade dos serviços e das políticas públicas e sociais são aspectos que contribuem para que as condições desiguais em que diversos ativos físicos, pessoais e sociais são distribuídos nas sociedades capitalistas permaneçam sendo reproduzidas pelos mecanismos de mercado e pelas anteriores estruturas de poder.

A distribuição desigual da propriedade da terra, do acesso ao crédito e a máquinas e equipamentos, a ausência de acesso universal a políticas que ofertem boas condições de serviços de saúde, educação, formação e qualificação profissional, assim como a tendência à reprodução da distribuição desigual de alguns ativos sociais (do acesso a redes de reciprocidade, confiança e contatos; da profunda desigualdade em relação às condições de acesso à informação), são aspectos que colaboram para que, nos países menos desenvolvidos, principalmente, parcela muito elevada de indivíduos, famílias ou grupos sejam portadores de ativos físicos, pessoais e sociais insuficientes para garantir que eles possam aproveitar/disputar as oportunidades de inserção ocupacional – também relativamente menores e piores -, socialmente reconhecidas como minimamente aceitáveis e/ou adequadas, geradas pelos mecanismos de mercado, pelo Estado ou pela sociedade.

Neste sentido, aparece de forma mais crônica, nos países pobres ou em desenvolvimento, um ciclo vicioso mais definido no qual as boas (e muito limitadas) oportunidades ocupacionais são aproveitadas pelos já detentores dos ativos mais valorizados pelos mecanismos de mercado, 'sobrando' para os demais grupos as piores situações no mercado de trabalho, com as quais eles não conseguem melhorar suas posições em termos dos ativos que possuem; da mesma forma, diante da limitada oferta de serviços públicos e sociais, os grupos menos favorecidos em termos de posse daqueles ativos acabam muitas vezes não tendo acesso a tais serviços, situação que reproduz e reforça suas desvantagens relativas em termos de posse de ativos, o que contribui para elevar sua vulnerabilidade no mercado de trabalho. Esse ciclo pode tornar-se ainda mais crônico para grupos específicos (mulheres, jovens, negros, indígenas, migrantes, portadores de necessidades especiais, idosos e grupos religiosos minoritários) que ainda são alvos de discriminação decorrentes das próprias estratégias de disputa das oportunidades no mercado de trabalho ou por outras esferas/instituições da sociedade, considerando o legado de sociedades escravocratas, colonizadas e marcadas pela diversidade e intensidade do fluxo de migração estrangeira, ou ainda pela diversidade da população, do ponto de vista étnico, religioso e cultural. E esses aspectos são essenciais para compreender as situações atuais de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro.

Enfim, o trabalho desenvolvido na etapa anterior contemplou as principais justificativas dos procedimentos metodológicos que serão utilizadas, na presente etapa, para fundamentar a seleção e agrupamento de diversas dimensões da vulnerabilidade do mundo do trabalho brasileiro, constituindo, portanto, uma importante base conceitual e metodológica necessária também para realizar a seleção e a organização dos indicadores capazes de expressar aquelas diversas dimensões da vulnerabilidade.

O presente relatório tem como conteúdo a avaliação metodológica de diversos ângulos necessários para a construção de indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro e, portanto, conforma o Produto 2 definido no projeto de pesquisa. Na Seção 2, desenvolve-se uma discussão acerca dos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho geralmente utilizados no Brasil, das potencialidades e limites das fontes de informações existentes. Busca-se, ainda, explorar, com ênfase nas questões metodológicas, as possibilidades de melhorar os indicadores existentes, aumentar o grau de cruzamento entre diferentes variáveis, apontar a ausência de informações que torna impossível tratar algumas dimensões ou aspectos da vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro,

assim como discutir os recortes temporais (periodicidade) e espaciais. Com o objetivo de avançar nessa perspectiva metodológica, na Seção 3, procura-se elaborar um conjunto de indicadores, a partir de novos cruzamentos de variáveis usualmente utilizadas ou da busca de novas variáveis e indicadores, utilizando dados da PNAD/IBGE e da RAIS/MTE.

2. INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO: SEUS LIMITES E DAS FONTES DE INFORMAÇÕES

Nesta seção, serão apresentados os principais indicadores de vulnerabilidade geralmente utilizados para dar subsídios ao delineamento de políticas públicas, principalmente daquelas voltadas para áreas do trabalho, com o objetivo central de avaliar a potencialidade e os limites desses indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho, tarefa importante para o desenvolvimento da etapa seguinte, ou seja, para discutir e propor novos indicadores de vulnerabilidade para o caso brasileiro.

Como vimos no relatório anterior, a discussão conceitual sobre os indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho é muito escassa no plano internacional e também no Brasil. Descartando as abordagens metodológicas, e obviamente seus indicadores propostos, que buscam analisar a vulnerabilidade no mundo do trabalho a partir dos próprios indicadores do mercado de trabalho – que deveriam somente expressá-las –, e não por meio das características dos segmentos populacionais vulneráveis no mundo do trabalho, a perspectiva do presente trabalho tem como referência um conjunto de pesquisas, realizadas em diversos países e também no Brasil, que consideram como grupos vulneráveis no mundo do trabalho as pessoas com baixo grau de instrução ou de formação e qualificação profissional, os jovens e idosos, os portadores de necessidades especiais, os negros, as mulheres, os indígenas e outros grupos étnicos e, em alguns casos, os migrantes (nacionais ou internacionais). A caracterização desses grupos como segmentos vulneráveis no mundo do trabalho é geralmente utilizada por instituições públicas para definir a população alvo de políticas voltadas para o trabalho e também de políticas de assistência social.

No Quadro 2.1, são apresentados os segmentos usualmente mais apontados como vulneráveis no mundo do trabalho e os principais argumentos que normalmente são levantados para explicar essas vulnerabilidades.

QUADRO 2.1

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho	Motivos que geralmente determinam a vulnerabilidade
Jovens	Inexperiência e/ou menor responsabilidade no trabalho; pouca ou nenhuma qualificação e especialização profissional; possibilidade de ficar sem trabalhar para estudar ou por ter família para seu sustento.
Idosos	Falta ou redução da capacidade física para o trabalho; doenças crônicas; discriminação ou preconceito para exercer algumas atividades.
Portadores de necessidades especiais	Falta de capacidade física ou intelectual para o trabalho; problemas de mobilidade; custos para adaptação de equipamentos no trabalho.
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	Dificuldades de trabalhar e cuidar dos filhos; ausência de creches ou de escolas em tempo integral; discriminação ou preconceito para exercer algumas atividades.
Mulheres	Dificuldades (e/ou discriminação) na idade reprodutiva; dificuldades para trabalhar e cuidar dos filhos ou da família; ausência de creches; discriminação na obtenção de rendimentos em postos iguais (ao homem) de trabalho e no acesso a postos de chefia ou de direção; discriminação ou preconceito para exercer algumas atividades.
Negros ou pardos	Discriminação racial; discriminação ou preconceito para exercer algumas atividades.
Migrantes	Discriminação étnica ou cultural; dificuldades de adaptação ao novo local e de acesso a informações ou à participação em grupos socialmente influentes.
Indígenas	Discriminação étnica ou cultural; dificuldades de adaptação ao novo local e de acesso a informações ou à participação em grupos socialmente influentes

Essa perspectiva metodológica de abordar a vulnerabilidade no mundo do trabalho a partir de determinadas características da população (jovens, idosos, mulheres, portadores de necessidades especiais, migrantes etc.) nos parece mais adequada e promissora, no sentido de dar um caráter analítico aos indicadores. Diferentemente de afirmar que os segmentos de baixa renda ou de desempregados são vulneráveis no mundo do trabalho, perspectiva claramente tautológica, que não leva metodologicamente à incorporação nos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho os aspectos que tornam esses grupos de baixa renda vulneráveis; quando se considera, por exemplo, o jovem ou a mulher como um segmento vulnerável no mundo do trabalho, supõe-se pelo menos que esses são portadores de alguns atributos pessoais (falta de experiência, discriminação ou preconceito

etc.) que estariam determinando aquelas situações de vulnerabilidade. Isso significa que essa perspectiva é compatível com o desenvolvimento de indicadores de vulnerabilidade que busquem definir os segmentos vulneráveis no mundo do trabalho em função de alguns atributos físicos, pessoais e sociais e não pelas próprias situações de precariedade que eles já enfrentam no mundo do trabalho (desemprego, baixa renda etc.). Assim, essa perspectiva de estabelecer determinados grupos vulneráveis a partir de suas características e usar os dados do mundo do trabalho apenas para expressar e avaliar as diferentes situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho é compatível com a perspectiva conceitual desenvolvida na primeira etapa dessa pesquisa.

Uma simples análise da situação desses grupos no mundo do trabalho revela que eles apresentam, sem dúvida, maior vulnerabilidade no mundo do trabalho. E também a extensa literatura sobre a situação desses segmentos no mercado de trabalho não deixa dúvidas em relação à vulnerabilidade que enfrentam para aproveitar as oportunidades oferecidas pelo mercado, pelo Estado, ou pela sociedade, e que as formas de vulnerabilidade podem apresentar-se bem diferentes; por exemplo, para alguns grupos pode estar mais associada ao desemprego, enquanto que para outros ao nível de rendimento obtido, ao tipo de ocupação ou mesmo às chances de acesso a cargos de chefia e de direção.

Diversos indicadores que geralmente já são utilizados para expressar situações mais vulneráveis no mundo do trabalho, para vários segmentos sociais, apontam como esses diferentes segmentos realmente enfrentam maiores dificuldades em aproveitar as oportunidades de trabalho oferecidas. No Quadro 2.2, são apresentados alguns indicadores que consideram as seguintes dimensões: faixa etária (jovens, adultos e idosos); famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge, com filhos pequenos; sexo; cor ou raça (brancos e negros); migração; e grau de instrução.

A maioria dos dados apenas corrobora os resultados de diversas pesquisas realizadas que apontam as desvantagens desses segmentos. Os jovens de 16 a 24 anos, por exemplo, apresentam pelo menos o dobro das taxas de desemprego do conjunto do país, tanto em 2002 como em 2006; relativamente aos adultos a situação é ainda pior. A condição deste segmento não é melhor quando o critério utilizado para expressar a situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho é o rendimento

médio de todos os trabalhos; pouco menos da metade do rendimento médio do conjunto dos ocupados do país¹.

Entre os jovens também é bem maior a participação, em relação ao conjunto dos ocupados do país, daqueles que são trabalhadores empregados sem carteira de trabalho assinada e, portanto, se encontram em situação de vulnerabilidade por não estarem protegidos pelos direitos trabalhistas, sociais e previdenciários fundamentais. Entretanto, refletindo o aspecto já mencionado de que são diferentes os tipos de vulnerabilidade no mundo do trabalho a que distintos segmentos estão submetidos, é possível observar que, entre os jovens, não é elevada a proporção de trabalhadores autônomos. Como em geral o trabalho autônomo no país está muito associado ao trabalho precário, de baixo rendimento e sem proteção social, trabalhista e previdenciária, alguns determinantes da situação de vulnerabilidade dos jovens no mundo do trabalho acabam até contribuindo para que este segmento não seja afetado fortemente pelos problemas associados a essa posição na ocupação. É fato já bastante conhecido que o trabalho autônomo é mais difundido nas faixas etárias mais elevadas, segmentos para os quais supõe-se a existência de atributos importantes para o desenvolvimento do trabalho autônomo: alguma experiência profissional ou maior conhecimento/domínio de atividade comercial, industrial ou artesanal; um capital mínimo para o desenvolvimento das atividades; requisitos mais elevados em relação à iniciativa e responsabilidade etc. Expressão disso é a elevada participação do trabalho autônomo entre os idosos.

Portanto, uma simples e breve análise de algumas das condições dos jovens no mundo do trabalho brasileiro já revela que é necessário discutir a que tipos de atributos físicos, pessoais ou sociais estão associadas determinadas vulnerabilidades. Por exemplo, quais características pessoais dos jovens os tornam mais vulneráveis à situação do desemprego e menos associados ao trabalho autônomo. Essas relações e seus sentidos de determinação são geralmente analisados nos estudos sobre a situação do jovem no mercado de trabalho, nos quais o detalhamento da pesquisa, das informações e das análises permitem uma abordagem mais ampla dos problemas, e que geralmente não estão direcionados à definição de indicadores sintéticos de vulnerabilidade dos jovens no mundo do trabalho.

¹ Nesse trabalho, como a preocupação é com as diferenças de rendimentos existentes entre as diversas situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho – e não a evolução do poder de compra real, o indicador de rendimento utilizado é o rendimento **nominal** médio de todos os trabalhos (em reais). Entretanto, deve-se lembrar que a inflação apontada pelo deflator para rendimentos da PNAD, entre 2002 e 2006, foi de 34,9%.

QUADRO 2.2

Indicadores usuais de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro
Brasil (Total) - 2002 e 2006

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Total)	Taxa de Desemprego		Rendimento Nominal* Médio de Todos os Trabalhos (em reais)		Proporção de Assalariados sem carteira Assinada		Trabalhadores Autônomos	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Total	9,2	8,5	637	889	24,3	23,3	22,3	21,0
Jovens (16 a 24)	17,9	17,9	326	463	38,4	37,7	10,2	9,3
Adultos (25 a 59 anos)	6,4	5,9	735	1.007	20,6	20,0	24,9	23,0
Idosos (60 anos ou mais)	2,6	2,2	653	959	14,2	12,9	42,3	39,8
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	17,1	16,2	417	579	38,5	38,1	13,5	13,5
Mulheres	11,6	11,1	506	717	26,4	26,0	16,2	16,1
Homens	7,4	6,5	720	1.007	22,8	21,3	26,5	24,6
Negros	12,7	11,1	425	621	30,3	27,4	20,7	19,9
Branco	8,2	7,5	813	1.137	20,5	19,4	21,4	20,4
Migrantes (até 4 anos)	12,0	10,7	689	1.014	32,1	29,0	20,4	19,3
Não migrantes recentes (10 anos ou mais de residência)	7,0	6,3	765	1.055	21,5	20,7	26,7	25,2
Primeiro grau completo	11,3	10,3	506	681	24,9	25,1	21,3	21,8
Segundo grau completo	10,8	9,9	713	894	18,0	17,6	15,1	14,7

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real.

Daí resulta, em muitos casos, a utilização da “categoria” jovens em trabalhos que estão preocupados em analisar as situações de vulnerabilidade social ou no mundo do trabalho, considerando que esse segmento não apresenta alguns atributos geralmente mais valorizados pelos ofertantes de oportunidades de trabalho ou emprego - aspecto fundamental para a inserção social nas sociedades capitalistas. A busca da síntese na “categoria” jovens não significa que é desconhecido o fato de que entre o segmento dos jovens há também enormes diferenças (sexo, cor da pele, grau de instrução, situação social das famílias, local de residência, situação de saúde etc.) que afetam o grau de vulnerabilidade no mundo do trabalho. Ao contrário, na maioria das vezes, expressa as dificuldades de estabelecer as relações entre essas diferenças e suas relações com as diversas exigências associadas às diferentes possibilidades de acesso ao mundo do trabalho, sem perder de vista a necessidade de utilizar um conjunto de indicadores sintéticos e para não cair numa situação de apresentar uma lista enorme de indicadores ou de desenvolver uma ampla pesquisa, aspectos que não atendem aos objetivos de

construir indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho que possam ser periodicamente elaborados e monitorados. E esses problemas também se referem às análises dos outros segmentos vulneráveis (mulheres, negros, pessoas com baixo grau de instrução etc.).

Entre os idosos, pode-se observar que as vulnerabilidades enfrentadas no mundo do trabalho são bem divergentes; não apresentam vulnerabilidade ao desemprego, exprimindo taxas bem menores do que o conjunto do país e também a menor entre os segmentos vulneráveis considerados. Quando a expressão da vulnerabilidade são os rendimentos do trabalho, observa-se que os idosos não estão em situação pior do que o conjunto do país, mas apresentam rendimentos médios apenas superiores aos dos jovens, o que mostra que apesar do desemprego baixo, esse segmento demonstra maiores dificuldades de encontrar ocupações associadas a rendimentos mais elevados. E a precariedade da ocupação dos idosos está mais associada à elevada participação que esse segmento evidencia entre os trabalhadores autônomos, bem maior do que a observada para o conjunto do país e também muito mais elevada do que a participação de todos os outros segmentos vulneráveis no mundo do trabalho, pois entre esse segmento é bem mais reduzido o assalariamento sem carteira de trabalho assinada (veja Quadro 2.2).

No conjunto das mulheres, nota-se uma taxa de desemprego sensivelmente maior do que o do conjunto dos homens e geralmente mais elevada do que os demais segmentos vulneráveis, com exceção dos jovens que apresentam desemprego mais elevado. Em 2002, a taxa de desemprego entre as mulheres era levemente menor do que a observada no conjunto dos negros e dos migrantes recentes (residindo até quatro anos no município). Mas em 2006, mesmo com a queda do desemprego no país, a taxa de desemprego entre as mulheres demonstrou uma pequena redução, de forma que esse segmento passou a representar uma situação pior apenas do que a dos jovens. No que se refere aos rendimentos do trabalho, em 2002 as mulheres apresentavam, depois dos jovens e dos negros, a pior situação entre os demais segmentos vulneráveis e um rendimento também menor do que a média do conjunto do país. Em 2006, no entanto, o rendimento das mulheres passou a superar também o do conjunto das pessoas com até o primeiro grau completo.

Entre as mulheres, o trabalho autônomo é menos disseminado do que no conjunto do país, confirmando presença mais importante em relação aos jovens e às pessoas com o segundo grau completo. Mas é bem maior a presença do trabalho assalariado sem carteira de trabalho assinada entre

as mulheres; somente menor do que entre os jovens, negros e migrantes. Neste caso, deve pesar o emprego doméstico entre as mulheres, cujo grau de assalariamento sem carteira é bastante elevado no país.

É interessante observar que quando se considera um segmento ainda mais vulnerável entre as mulheres, ou seja, aquelas que chefiam famílias, não têm cônjuge, mas têm filhos pequenos, é muito grande a vulnerabilidade ao desemprego e ao assalariamento sem carteira, assim como o rendimento médio do trabalho é um dos mais baixos, mas a incidência do trabalho autônomo é geralmente menor. Assim como no caso dos jovens, nota-se que há sensíveis diferenças entre o segmento das mulheres, não captadas quando se utiliza um indicador sintético para o conjunto do segmento mulheres (veja Quadro 2.2).

Entre as pessoas migrantes (recentes), com tempo de residência de até quatro anos no município, os indicadores também mostram um maior grau de vulnerabilidade no mundo do trabalho. As taxas de desemprego são sensivelmente maiores do que a observada no conjunto de pessoas que já apresentam maior tempo de residência no município, quase o dobro do conjunto dos adultos, dos homens, dos brancos e acima das verificadas para o conjunto do país. A proporção de assalariados sem carteira assinada entre os migrantes recentes também é muito elevada (menor apenas do que entre os jovens), mas o trabalho autônomo não revela um maior grau de vulnerabilidade destes. Entretanto, o mais surpreendente é que quando se considera o rendimento médio, os migrantes recentes não apresentam elevada vulnerabilidade: ao contrário, em 2006, demonstravam rendimento médio do trabalho mais elevado do que a média do país e somente menor, entre os segmentos considerados, do que para o conjunto dos brancos e dos migrantes não recentes (10 anos ou mais no município).

QUADRO 2.3

Indicadores usuais de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro
Variação dos rendimentos. Brasil (Total), 2002 e 2006

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Total)	Rendimento Médio Nominal* de Todos os Trabalhos (em reais)		
	2002	2006	Var. %
Brasil	637	889	39,5
Jovens (16 a 24)	326	463	41,8
Adultos (25 a 59 anos)	735	1.007	36,9
Idosos (60 anos ou mais)	653	959	46,9
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	417	579	38,9
Mulheres	506	717	41,6
Homens	720	1.007	39,8
Negros	425	621	46,0
Branco	813	1.137	39,9
Migrantes (até 4 anos)	689	1.014	47,2
Não migrantes recentes (10 anos ou mais de residência)	765	1.055	38,0
Primeiro grau completo	506	681	34,6
Segundo grau completo	713	894	25,4

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real.

A maior vulnerabilidade dos negros no mundo do trabalho fica muito clara quando se observa que a taxa de desemprego entre eles é cerca de 50% maior do que entre os brancos, e que somente é substancialmente menor do que as examinadas entre o conjunto dos jovens. A situação é praticamente a mesma quando se considera os rendimentos: os negros apresentam cerca de 60% dos rendimentos do trabalho em relação aos brancos e um rendimento médio apenas maior do que o dos jovens e levemente superior ao das famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos (veja Quadro 2.3). O assalariamento sem carteira também é muito elevado entre os negros, sendo menor apenas do que para o conjunto dos jovens e dos migrantes recentes. Por outro lado, essa vulnerabilidade não se expressa por elevadas taxas de trabalho autônomo, cuja incidência é até mesmo um pouco menor do que entre os brancos.

Para o segmento das pessoas com baixo grau de instrução (até o primeiro grau completo), a vulnerabilidade ao desemprego não é sensivelmente maior do que para aquelas com o segundo grau completo e cerca de 20% maior do que a média do país. Mas quando se considera o rendimento médio do trabalho, observa-se que aquele segmento apresenta rendimento de cerca de 25 a 30% menor do que o segmento com o segundo grau completo; em 2002, somente era maior do que o rendimento dos

negros, das famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos e dos jovens. Entretanto, o que chama mais a atenção é o fato de que entre as pessoas com menor grau de instrução (primeiro grau completo) é bem maior a participação do trabalho sem carteira assinada e do trabalho autônomo, se comparados com as pessoas com o segundo grau completo, ainda que em nenhuma das duas posições na ocupação aquele segmento demonstre uma situação muito pior do que a média da população, que também apresenta um perfil médio de baixo grau de instrução.

Da análise dos indicadores usualmente utilizados pode-se inferir que a maior desagregação das características pessoais ou sociais dos segmentos vulneráveis devem revelar outros aspectos importantes das diversas dificuldades que os grupos enfrentam no mercado de trabalho, fato já revelado numa simples análise de segmentos considerados no seu conjunto; alguns demonstrando maior vulnerabilidade ao desemprego; outros com maiores problemas associados aos baixos rendimentos; alguns com destacada incidência de ocupações que não estão associadas à proteção trabalhista, social e previdenciária etc.

Alguns aspectos diferentes da vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro também podem ser revelados quando se compara a situação de domicílio, ou seja, a vulnerabilidade de diversos segmentos que residem no meio urbano, em relação àqueles que residem no meio rural (veja Quadro 2.4). No meio urbano brasileiro, em 2006, eram bem maiores as taxas de desemprego, o rendimento médio do trabalho e o emprego assalariado sem carteira de trabalho assinada, mas era menor a incidência do trabalho autônomo, relativamente ao meio rural.

No caso do desemprego, observa-se que todos os segmentos considerados vulneráveis no mundo do trabalho brasileiro apresentam maior vulnerabilidade ao desemprego no meio urbano do que no meio rural, o que era algo esperado. Entretanto, a análise diferenciada para o meio urbano e rural mostra algumas características não necessariamente muito conhecidas.

O fato de o conjunto das pessoas com segundo grau completo representar uma das maiores taxas de desemprego no meio rural (menor apenas do que para o conjunto das mulheres sem cônjuge com filhos pequenos) reafirma a importância de considerar as questões ligadas à geração de oportunidades de trabalho, e não apenas as características pessoais, no lado da demanda por trabalho. Enquanto no conjunto do país, a taxa de desemprego das pessoas com segundo grau completo é de

cerca de 60% da dos jovens, no meio rural elas são muito semelhantes. É evidente, neste caso, que o desemprego dessas pessoas está muito mais associado à estrutura de geração de oportunidades de trabalho no meio rural do que à falta de instrução formal.

Por outro lado, enquanto o desemprego reduziu-se no meio urbano, observa-se uma leve elevação no meio rural, entre 2002 e 2006. Ainda que essas variações nas taxas de desemprego não tenham sido tão significativas, é importante apontar que no meio rural observa-se uma redução da taxa de desemprego de alguns segmentos vulneráveis no mundo do trabalho; entre os negros (enquanto elevou-se a dos brancos), das pessoas com até o primeiro grau completo (enquanto elevou-se entre as pessoas com o segundo grau completo). Ou seja, enquanto alguns segmentos que enfrentam vulnerabilidade no mundo do trabalho conseguiram aproveitar melhor as oportunidades que fizeram cair o desemprego no conjunto do país, outros pioraram as suas situações relativas no meio rural; tais como os jovens, as mulheres e os migrantes recentes. Isso mostra que a redução da taxa de desemprego, no conjunto do país, verificada entre as mulheres, os jovens, os migrantes recentes, os idosos, entre 2002 e 2006 (veja Quadro 2.4), deveu-se exclusivamente ao comportamento do mundo do trabalho no meio urbano. Ou seja, da redução da taxa de desemprego no meio rural, entre os segmentos vulneráveis no mundo do trabalho considerados, somente os negros e as pessoas com o primeiro grau completo foram beneficiados, segmentos estes que também o foram com a redução da taxa de desemprego no meio urbano.

Diferentemente do conjunto do país, onde os jovens apresentam o menor rendimento médio do trabalho, no meio rural são as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos que demonstram os mais baixos rendimentos, tanto em 2002 como em 2006 (veja Quadro 2.4). Enquanto o rendimento médio nominal elevou-se 54,4% no meio rural, entre 2002 e 2006, observa-se que alguns segmentos vulneráveis no mundo do trabalho exibiram ritmos maiores de aumento do rendimento, que foi maior para as mulheres (66,6%) do que para os homens (52,7%), para os idosos (65,7%) do que para os adultos (51,4%), para os migrantes recentes (65,2%) do que para os migrantes com maior tempo de residência (55,1%). Enquanto as famílias chefiadas por mulheres com filhos pequenos apresentaram um aumento nominal do rendimento do trabalho no meio urbano de 39,2%, no meio rural a elevação foi de 43,9% (veja quadros 2.5 e 2.7). Também as pessoas com o primeiro grau completo no

meio rural mostraram maior elevação nominal dos rendimentos do trabalho (43,8 %) do que no meio urbano (34,5%).

QUADRO 2.4

Indicadores usuais de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro
Brasil Urbano - 2002 e 2006

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Urbano)	Taxa de Desemprego		Rendimento Médio Nominal* de Todos os Trabalhos (em reais)		Proporção de Assalariados sem carteira Assinada		Trabalhadores Autônomos	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
	Brasil	10,6	9,6	687	949	25,1	23,8	21,2
Jovens (16 a 24)	20,4	19,9	344	483	40,0	38,6	10,1	9,0
Adultos (25 a 59 anos)	7,3	6,6	792	1.074	20,6	19,9	23,4	21,7
Idosos (60 anos ou mais)	3,7	3,0	771	1.097	17,0	15,5	40,8	39,4
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	17,7	16,9	431	600	38,4	38,0	13,3	13,3
Mulheres	13,1	12,2	531	746	28,7	27,9	17,0	16,8
Homens	8,6	7,5	797	1.101	22,4	20,6	24,3	22,5
Negros	13,9	12,1	450	652	30,0	28,3	20,1	20,9
Branco	9,1	8,3	861	1.196	21,3	19,9	20,3	19,2
Migrantes (até 4 anos)	13,2	11,5	738	1.079	32,7	29,3	19,5	18,4
Não migrantes recentes (10 anos ou mais de residência)	7,6	6,7	803	1.100	21,7	20,9	25,8	24,4
Primeiro grau completo	11,9	10,9	513	690	25,4	25,5	21,6	22,0
Segundo grau completo	11,0	10,1	723	907	17,8	17,4	15,1	14,7

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real.

O assalariamento sem carteira apresenta maior incidência no meio urbano do que no meio rural, no conjunto do país. Entretanto, entre as mulheres a diferença é muito mais pronunciada, ou seja, o assalariamento sem carteira é bem menor no meio rural. Já entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos, o assalariamento sem carteira mostra uma incidência muito elevada, com proporções praticamente iguais no meio rural e urbano. Entre os segmentos vulneráveis, as menores incidências do assalariamento sem carteira no meio rural estão entre os idosos (7% a 8%) e as mulheres (15%); enquanto as maiores estão entre as famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos (quase 40%), entre os jovens e migrantes recentes (cerca de 30%).

QUADRO 2.5

Indicadores de Vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro
Variação dos rendimentos. Brasil Urbano, 2002 e 2006

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Urbano)	Rendimento Médio Nominal* de Todos os Trabalhos (em reais)		
	2002	2006	Var. (%)
Brasil	687	949	38,0
Jovens (16 a 24)	344	483	40,4
Adultos (25 a 59 anos)	792	1.074	35,6
Idosos (60 anos ou mais)	771	1.097	42,2
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	431	600	39,2
Mulheres	531	746	40,5
Homens	797	1.101	38,0
Negros	450	652	44,8
Branco	861	1.196	38,8
Migrantes (até 4 anos)	738	1.079	46,1
Não migrantes recentes (10 anos ou mais de residência)	803	1.100	37,0
Primeiro grau completo	513	690	34,5
Segundo grau completo	723	907	25,6

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006.

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real.

Entre 2002 e 2006, o assalariamento sem carteira de trabalho assinada apresentou uma leve redução no conjunto do país que esteve concentrada no meio urbano; no meio rural não houve alteração. Entre os segmentos vulneráveis, observa-se que o assalariamento sem carteira assinada reduziu-se levemente no meio urbano (para migrantes recentes, jovens, idosos, mulheres, negros e famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos), com exceção do conjunto de pessoas com o primeiro grau completo. No meio rural, houve elevação do assalariamento sem carteira para os jovens, para as mulheres e para os trabalhadores com primeiro e segundo graus completos (veja Quadro 2.6).

QUADRO 2.6
Indicadores de Vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro
Brasil Rural, 2002 e 2006

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Rural)	Taxa de Desemprego		Rendimento Médio Nominal* de Todos os Trabalhos (em reais)		Proporção de Assalariados sem carteira Assinada		Trabalhadores Autônomos	
	2002	2006	2002	2006	2002	2006	2002	2006
Brasil	2,5	3,0	297	459	20,8	20,9	26,6	25,8
Jovens (16 a 24)	5,6	7,3	201	311	31,6	33,3	10,7	10,6
Adultos (25 a 59 anos)	1,7	2,0	330	500	20,6	20,5	32,8	30,6
Idosos (60 anos ou mais)	0,2	0,3	296	490	8,4	7,1	45,0	40,7
Famílias chefiadas por mulheres	8,2	9,2	197	284	39,4	38,9	16,6	15,3
Mulheres	3,3	4,7	210	350	15,4	15,8	12,2	12,4
Homens	2,0	1,9	324	495	24,1	24,1	35,4	34,1
Negros	4,5	3,9	230	348	31,6	24,2	24,0	24,5
Branco	2,5	2,8	397	613	16,3	16,4	27,5	27,6
Migrantes (até 4 anos)	4,3	4,6	284	470	28,3	27,1	25,9	25,2
Não migrantes recentes (10 anos ou mais de residência)	2,5	2,8	383	594	20,3	18,6	33,8	31,9
Primeiro grau completo	5,6	5,3	403	580	20,6	22,6	18,9	20,5
Segundo grau completo	6,7	7,8	489	623	15,1	21,2	21,1	15,8

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

A participação do trabalho autônomo reduziu-se levemente, tanto no conjunto do país, como no meio rural e urbano. Entre os segmentos vulneráveis, o trabalho autônomo apresenta as maiores incidências entre os idosos, as pessoas com o primeiro grau completo, os negros e os não migrantes recentes. A incidência do trabalho autônomo entre os idosos era ainda maior no meio rural do que no meio urbano em 2002, mas até 2006, com a significativa redução da participação do trabalho autônomo entre os idosos no meio rural, as diferenças praticamente desapareceram, mantendo-se no elevado patamar de cerca de 40%, tanto no meio rural como no urbano. Entre os negros, a incidência do trabalho autônomo era um pouco maior no meio rural do que no urbano, e em ambos os casos ocorreu um leve aumento entre 2002 e 2006. Entre os migrantes recentes, a incidência do trabalho autônomo no meio rural era também maior, mas tanto no urbano como rural, ao contrário do ocorrido no segmento dos negros, verifica-se uma redução da participação do trabalho autônomo, entre 2002 e 2006.

No caso dos jovens e mulheres, tanto no meio rural como no urbano, a participação do trabalho autônomo é mais reduzida do que a média, não se apresentando como uma situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho para esses segmentos (veja quadros 2.4 e 2.6).

QUADRO 2.7
Indicadores de Vulnerabilidade no mundo do trabalho
Variação dos rendimentos. Brasil Rural, 2002 e 2006

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Rural)	Rendimento Médio Nominal* de Todos os Trabalhos (em reais)		
	2002	2006	Var. (%)
Brasil	297	459	54,4
Jovens (16 a 24)	201	311	54,5
Adultos (25 a 59 anos)	330	500	51,4
Idosos (60 anos ou mais)	296	490	65,8
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos	197	284	43,9
Mulheres	210	350	66,6
Homens	324	495	52,8
Negros	230	348	51,1
Branco	397	613	54,4
Migrantes (até 4 anos)	284	470	65,2
Não migrantes recentes (10 anos ou mais de residência)	383	594	55,1
Primeiro grau completo	403	580	43,8
Segundo grau completo	489	623	27,4

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

Obs.: Entre 2002 e 2006, o deflator para rendimentos da PNAD aponta uma inflação de 34,9%, que deve ser considerada para cálculos de rendimento real

Essas diferenças no comportamento das taxas de desemprego, nos rendimentos, no assalariamento sem carteira de trabalho assinada e no trabalho autônomo, entre os diversos segmentos vulneráveis, mostra a importância de utilizar indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho que contemplem comparações do meio urbano com o meio rural, seja para revelar as várias problemáticas desses segmentos em cada situação – rural ou urbana – ou para avaliar como as distinções e os graus de vulnerabilidade estão evoluindo entre os diferentes segmentos vulneráveis e na comparação desses com os não vulneráveis. Além disso, segmentos que não apresentam vulnerabilidade no mundo do trabalho no meio urbano podem apresentar no meio rural (ou vice-versa), como as pessoas com segundo grau completo que demonstraram maior desemprego do que aquelas com o primeiro grau completo no meio rural.

As expressivas diferenças existentes no segmento dos jovens, no conjunto de pessoas com baixo grau de instrução, entre os negros e as mulheres, assim como nos demais segmentos vulneráveis no

mundo do trabalho, requerem a construção de indicadores que comportem a sobreposição das diversas situações de vulnerabilidade, ou seja, de contemplar, por exemplo, não somente os jovens, mas as jovens negras e com baixo grau de instrução. Da mesma forma, deve-se considerar a situação do domicílio rural e urbano, pois a elas estão associadas situações ou intensidades de vulnerabilidades bem distintas. Por isso, quanto mais diversificado o conjunto de indicadores do mundo do trabalho utilizado, melhor se pode compreender e expressar a relação entre as diversas características dos segmentos vulneráveis com as situações de vulnerabilidade no acesso à oportunidade de emprego ou trabalho (taxa de desemprego), em relação aos rendimentos (reduzidos ou instáveis), à proteção trabalhista, previdenciária e social (empregados com carteira de trabalho assinada e autônomos), entre outros.

Enfim, as análises realizadas até o momento sugerem que a construção de novos ou a melhoria dos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro deve ter como referência os seguintes aspectos: a) levar em conta na classificação dos indicadores, na medida do possível, a posse de ativos físicos, os atributos pessoais e sociais para caracterizar os grupos vulneráveis, assim como buscar a construção de indicadores não somente para características de indivíduos ou de grupos, mas também para as famílias; b) considerar diversas dimensões do mundo do trabalho como forma de expressar as diferentes situações de vulnerabilidade associadas a distintos grupos vulneráveis; c) considerar que há diferenças importantes no interior de alguns segmentos, que dependendo do grau de superposição das características podem torná-los mais ou menos vulneráveis no mundo do trabalho, assim como apresentar maior vulnerabilidade em determinadas dimensões do mundo do trabalho e não em outras; por isso devem-se contemplar na elaboração dos indicadores a busca por um maior detalhamento, com sobreposições de características associadas à vulnerabilidade, na medida do possível; d) considerar que o grau de vulnerabilidade e a dimensão associada a cada segmento vulnerável no mundo do trabalho podem ser muito diferentes no meio rural e no meio urbano; e) o grau de vulnerabilidade de cada segmento pode apresentar mudanças expressivas num período relativamente curto de tempo, pois não é afetado somente pelas características das pessoas, mas pelo comportamento dos fatores que interessam à geração de oportunidades do trabalho; por isso, a construção de indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho deve ter como referência a produção de séries anuais ou para períodos de dois ou três anos, o que é importante tanto como subsídio para a formatação de políticas públicas, como para compreender os impactos de contextos econômicos distintos sobre os segmentos vulneráveis.

Entretanto, para elaborar indicadores com esse grau de detalhamento é necessária a utilização de fontes de informações que apresentem uma amostra com tamanho suficiente para que esses detalhamentos sejam estatisticamente viáveis. Além disso, é desejável que os indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho possam oferecer dados para o conjunto do país. Isso não significa que os indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho não possam expressar situações em níveis municipal, estadual, metropolitano ou de grandes regiões, mas simplesmente que contar com indicadores para o conjunto do país é fundamental para dar subsídios ao desenho de políticas públicas voltadas para combater as situações de desigualdade com as quais indivíduos ou grupos disputam as oportunidades de trabalho gerados pelo mercado, pelo Estado ou pela sociedade.

Os indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho, associados a determinados atributos pessoais e sociais, também requerem, numa mesma base de dados ou pesquisa, um conjunto de informações relativas às características das pessoas (idade, sexo ou gênero, cor ou raça, grau de instrução, ser ou não portador de necessidades especiais e migração), e também das famílias (chefes, cônjuges, filhos, renda familiar, etc.) e alguns indicadores do mundo do trabalho para caracterizar as diferentes situações de vulnerabilidade (desemprego, rendimento, assalariamento sem carteira, trabalho autônomo etc.).

Para esse grau de detalhamento e com uma abrangência nacional, as fontes mais importantes de informações do país são o Censo Demográfico (IBGE), a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (IBGE) e a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS/MTE). O Censo Demográfico, uma pesquisa domiciliar que conta com um conjunto de informações ainda mais completo que a PNAD, apresenta a vantagem de que essas comparações entre grandes e pequenas cidades podem ser realizadas, mas em função de sua periodicidade não nos parece uma fonte privilegiada para o estudo da vulnerabilidade no mundo do trabalho, embora possa ser complementar para a efetuação de investigações que não são possíveis com os dados da RAIS e da PNAD. Além disso, no Censo há dados sobre as pessoas portadoras de necessidades especiais que não se encontram na PNAD e na RAIS.

Diante desses limites, principalmente pelo fato do Censo ser realizado somente a cada 10 anos, neste trabalho considera-se a PNAD/IBGE uma fonte relevante que oferece dados anuais para o conjunto do país e permite um razoável detalhamento das informações de pessoas e de famílias, para o

meio urbano e rural, além de comparações entre grandes regiões, entre Estados e algumas regiões metropolitanas. Assim, com o auxílio da PNAD, foram elaborados indicadores a partir da sobreposição de situações de vulnerabilidade, para os anos mais recentes (2002 e 2006). Os universos selecionados foram o conjunto do país e os estados de São Paulo e da Bahia. A seleção dessas duas unidades da federação teve como objetivo contrastar estruturas produtivas e sociais que apresentam significativas diferenças e testar, por meio da comparação dos dois casos, o comportamento dos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro, principalmente no sentido de verificar se determinados segmentos vulneráveis demonstram condições substancialmente desiguais por estarem localizados em unidades diferentes da federação, ou seja, por receberem influências distintas da estrutura produtiva (em termos de geração de oportunidades, por exemplo) e da estrutura social, em função das diversas estruturas de grau de instrução, de situações associadas à discriminação e/ou ao preconceito.

Os dados da RAIS, que também apresentam periodicidade anual e informações para o conjunto do país passíveis de um grau razoável de detalhamento, foram igualmente utilizados na elaboração de alguns indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho. Nesse caso, buscou-se captar a vulnerabilidade de diversos segmentos da população à demissão. Na RAIS, além de não haver informações sobre as pessoas portadoras de necessidades especiais, da mesma forma não há sobre a cor da pele ou raça que, portanto, não foram consideradas nos indicadores. Tampouco há dados sobre as famílias, o que impede a construção de indicadores com essa variável, assim como os indicadores que expressam a situação do mundo do trabalho referem-se apenas aos trabalhadores com carteira de trabalho assinada, ou seja, ao setor formal da economia. Dessa forma, buscou-se construir indicadores que captam os diferentes riscos à demissão de segmentos vulneráveis da população, incorporando inclusive as sobreposições de situações diferentes de vulnerabilidade, como é possível ver nos quadros apresentados na seção seguinte.

Ainda com relação a RAIS, pode-se acrescentar o fato de que as informações coletadas são obtidas através de questionários/formulários respondidos diretamente pelo empregador. Muitas vezes, estes formulários são respondidos pelos responsáveis da área administrativa, sem a realização de entrevistas com os empregados, o que pode resultar, segundo alguns pesquisadores, em distorções das informações devido a esta intermediação. Esta questão, entretanto, tem sido mais recentemente

relativizada, pois os dados da RAIS vêm apresentando, nos últimos anos, uma maior aproximação com os fornecidos pela PNAD no se refere às informações sobre o mercado formal de trabalho. Este fato concede maior confiabilidade para a RAIS, já que os dados da PNAD são obtidos a partir da resposta direta de todos os moradores do domicílio particular sorteado pela pesquisa.

Outra deficiência que pode ser atribuída à RAIS é a ausência de certas informações que permitam uma melhor caracterização quanto à posse de ativos físicos ou mesmo de alguns dos atributos pessoais que podem estar relacionados com situações de maior ou menor vulnerabilidade social no mercado de trabalho. Devido às suas próprias características, não há na RAIS, por exemplo, dados que caracterizem a posse de ativos físicos dos empregados, como propriedade. Tampouco há informações sobre os atributos pessoais de raça e cor, já que estes só poderiam ser captados por pesquisas que seguem o modelo de autodeclaração do entrevistado, como é o caso do Censo e da PNAD.

Apesar dos avanços obtidos com a informatização dos dados, que anteriormente eram coletados em formulários de papel, permitindo dupla contagem e outros problemas de controle, as deficiências nos registros de informações ainda persistem, especialmente no caso do CAGED, pois sua periodicidade mensal torna as ações de ativação e controle de respostas mais difíceis de se efetivar, pelo fato de que a obrigatoriedade de respostas restringe-se aos estabelecimentos que tiverem movimentação no mês de captação (ARIAS, 2004).

Portanto, como suas informações referem-se apenas a algumas características das pessoas que estão ocupadas no setor formal, não se pode contar com diversos dados das pessoas (cor, portadores de necessidades especiais); não há informações sobre as famílias, sobre participação de diversos segmentos no conjunto do mercado de trabalho e sobre desemprego, trabalho sem carteira, trabalho autônomo etc.

Mesmo com as limitações apontadas, alguns indicadores sobre vulnerabilidade no mundo do trabalho podem ser construídos com os dados da RAIS, com periodicidade anual e com comparações entre regiões, metrópoles e, principalmente, entre grandes e pequenas cidades – tratamento impossível no caso da PNAD, em função do tamanho da amostra. Mas certamente os limites apontados para a RAIS impedem que ela seja uma fonte de informações privilegiada no estudo da vulnerabilidade no mundo do trabalho. Mesmo assim, na seção seguinte, será elaborado um conjunto de indicadores de

vulnerabilidade à demissão, a partir da utilização das informações do perfil dos trabalhadores demitidos do setor formal.

Como já adiantamos, os dados da PNAD/IBGE, uma pesquisa domiciliar, são capazes de oferecer um conjunto importante de informações sobre pessoas e famílias, ao mesmo tempo em que propiciam diversos indicadores sobre a situação do trabalho desses universos. Encontramos uma série de dados essenciais para a análise das situações de vulnerabilidade no mercado de trabalho que, por sua periodicidade anual e cobertura (setor formal e informal da economia), permitem uma análise dinâmica dos resultados a cada ano, sendo possível um acompanhamento sistemático sobre os impactos das variações macroeconômicas e das políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho em nível nacional, dos estados e das regiões metropolitanas. Isso não significa, no entanto, que ela não apresente destacáveis limitações. Por se tratar de uma pesquisa amostral que não possibilita muita desagregação para o nível municipal, em função de apresentar um tamanho de amostra relativamente reduzido – que tem como objetivo a cobertura do conjunto do país, dos estados e de algumas regiões metropolitanas -, os dados da PNAD não permitem fazer simulações sobre as diferenças em termos de vulnerabilidade no mundo do trabalho que pode haver entre grandes e pequenas cidades.

Ao contrário do Censo e da RAIS, uma das limitações da PNAD é que suas informações não têm abrangência municipal. No entanto, como a presente pesquisa trata da construção de um indicador de vulnerabilidade social no mercado de trabalho brasileiro (um indicador nacional), nos parece que esta abrangência geográfica (Brasil, grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas), associada à cobertura dos setores formais e informais da economia, à variedade e profundidade das questões analisadas por suas variáveis, e à sua periodicidade anual, são características suficientes para que tenhamos uma análise satisfatória e sistemática dos principais indicadores de vulnerabilidade em nosso mercado nacional de trabalho.

3. SUBSÍDIOS PARA A CONSTRUÇÃO DE NOVOS INDICADORES DE VULNERABILIDADE NO MUNDO DO TRABALHO BRASILEIRO

A partir das considerações conceituais e metodológicas realizadas nas seções anteriores, o objetivo desta seção é elaborar um conjunto de indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro. Isso não significa necessariamente construir indicadores totalmente novos, mas principalmente buscar melhorar os indicadores existentes, a partir de sua classificação nas perspectivas conceitual e metodológica desenvolvidas na primeira etapa deste trabalho, da incorporação de novos cruzamentos entre algumas variáveis relevantes para a expressão das situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro, da consideração de sobreposições de dimensões que caracterizam a vulnerabilidade, da apresentação da importância de comparar as diferenças existentes entre o conjunto do país e duas unidades da federação, São Paulo e Bahia, para determinados segmentos vulneráveis no mundo do trabalho, além da produção de indicadores de vulnerabilidade à demissão no setor formal. Com isso, espera-se que esses indicadores sugeridos possam expressar dimensões mais detalhadas que nos permitam compreender melhor não somente alguns determinantes gerais, mas também alguns aspectos da evolução das diferentes situações de vulnerabilidade.

Na seção anterior, vimos que os indicadores geralmente utilizados para avaliar as situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho referem-se a jovens, idosos, mulheres, negros, migrantes, portadores de necessidades especiais e o conjunto de pessoas com baixo grau de instrução formal, além de famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos.

Considerando a perspectiva conceitual desenvolvida no relatório anterior, inicialmente se propõe uma classificação dos segmentos vulneráveis. Vimos que algumas formas de vulnerabilidade no mundo do trabalho estão associadas ao fato de que indivíduos, famílias ou grupos estão em desvantagem em relação à posse (ou propriedade) de determinados ativos físicos, tais como capital em geral, crédito, terra, ou mesmo propriedade de imóveis no meio urbano ou ainda de veículos e outros instrumentos que podem ser importantes para dar acesso ou melhorar as chances de aproveitar as oportunidades existentes no mundo do trabalho brasileiro. A desigualdade de acesso à riqueza ou ao capital, como elemento constitutivo e que se reproduz nas sociedades capitalistas, resulta na criação de

desvantagens na disputa de oportunidades no mundo do trabalho para os mais diferentes segmentos da população. Pode atingir brancos, negros, jovens, homens, mulheres, idosos, migrantes recentes ou não, portadores de necessidades especiais etc. Ou seja, indivíduos e grupos que não têm posse ou propriedade de alguns ativos físicos, em geral possuirão maiores dificuldades de aproveitar as oportunidades de trabalho de uma economia de mercado, competindo por um emprego, como trabalhador autônomo ou mesmo como produtor e, portanto, apresentarão maior vulnerabilidade no mundo do trabalho nas sociedades capitalistas.

Essa situação, inclusive pode reforçar, pelos mecanismos de reprodução das desigualdades, aspectos que caracterizam a vulnerabilidade de outros segmentos, como o baixo grau de instrução, levar alguns grupos à condição de migrantes etc. E em função da reprodução das desigualdades e da relação existente entre a vulnerabilidade dada pela falta de ativos físicos e a criação de outras vulnerabilidades entre grupos ou famílias – como para a educação dos filhos de famílias de baixa renda, ou para a exclusão de segmentos muito pobres de algumas instituições sociais ou de políticas públicas -, as situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho associadas à falta de ativos físicos não se apresentam de forma isolada, mas geralmente sobrepostas a algumas características pessoais (baixo grau de educação formal ou qualificação e experiência profissional, problemas de saúde etc.) e sociais (segmentos atingidos pela discriminação ou preconceito ou com dificuldades em participar de determinadas instituições sociais) que também determinam situações de vulnerabilidade social no mundo do trabalho (veja Quadro 3.1).

QUADRO 3.1

Vulnerabilidades associadas à falta de ativos físicos, pessoais e sociais

<i>Características da Vulnerabilidade</i>	<i>Segmentos Vulneráveis</i>
Vulnerabilidade associada à ausência de alguns atributos físicos (meios de produção, propriedade, garantias, crédito, veículo etc.)	População em geral e seus diversos segmentos: negros, brancos, jovens, adultos, idosos, mulheres, homens, pessoas com baixo grau de instrução, portadores de necessidades especiais
Vulnerabilidade associada à ausência de alguns atributos pessoais (saúde, instrução formal e qualificação profissional, experiência etc.)	Jovens, idosos, portadores de necessidades especiais, pessoas com baixo grau de instrução
Vulnerabilidade associada a atributos socialmente definidos (por preconceito, discriminação, competição, pertencimento a outros grupos étnicos, religiosos etc.) ou por não participar de certos grupos ou instituições sociais (clubes, partidos, sindicatos, grupos sociais, igrejas etc.)	Mulheres, negros, migrantes, indígenas

Pelas referências realizadas na seção anterior, em relação aos indicadores de vulnerabilidade geralmente já utilizados para o caso brasileiro, percebe-se que no geral não é considerada a situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho associada à falta de ativos físicos, de acesso aos meios de produção e ao crédito, apesar de ser bastante razoável a hipótese de que esta ausência afeta fortemente uma parte muito significativa da população, tornando-a vulnerável numa sociedade capitalista, principalmente em relação aos detentores destes ativos.

Nesse sentido, seria importante também construir indicadores que pudessem relacionar a falta de ativos físicos (do indivíduo ou de sua família) com as situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho. É claro que, indiretamente, a ausência de ativos físicos, dos indivíduos e de suas famílias (no presente ou no passado) acaba sendo expressa por outras situações de vulnerabilidade, pois há uma forte associação, por exemplo, entre jovens, negros, portadores de necessidades especiais e outros segmentos vulneráveis com a ausência de propriedade de ativos físicos. Embora se saiba que os proprietários (e os membros de sua família) de terras, de imóveis ou de outras formas de capital tenham maior capacidade de aproveitar as oportunidades de trabalho ofertadas pelo mercado, pela sociedade e pelo Estado, em muitos casos os indicadores podem se revelar redundantes; por exemplo: alguns segmentos que possuem ativos são menos vulneráveis no mercado de trabalho e por isso apresentam rendimento médio mais elevado ou aqueles que conseguiram rendimento médio mais elevado (por outras vantagens) também possuem a propriedade de ativos. É claro que a relação de determinação é da posse de ativos para o aproveitamento das melhores oportunidades no mundo do trabalho e essa acaba reforçando a posse de ativos, assim como reproduzindo a desigualdade na sociedade capitalista.

Mas não é trivial elaborar um indicador que possa captar a situação de vulnerabilidade dada pela distribuição e redistribuição desigual dos ativos físicos numa sociedade capitalista. Além disso, é difícil preparar indicadores que sejam capazes de mostrar a relação existente entre a falta de ativos e as situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho, principalmente em função das fontes de informações atualmente existentes.

Um indicador que poderia expressar essa situação seria a condição dos membros da família no mercado de trabalho (taxa de desemprego, rendimento médio etc.), segundo o patrimônio familiar (presente ou passado). Mas essa informação é impossível de ser obtida a partir das fontes de pesquisa

atualmente existentes no Brasil, que não apresentam conjuntamente os dados de patrimônio, das características pessoais ou familiares e do mercado de trabalho. Entretanto, com muitas limitações, alguns indicadores podem revelar, ainda que de forma muito indireta e precária, essa relação. No Quadro 3.2, são apresentados apenas alguns exemplos de indicadores que poderiam ser elaborados com os dados disponíveis. As melhores fontes de informações brasileiras, senão as únicas existentes, capazes de oferecer dados para produzir esses indicadores são o Censo e a PNAD. A vulnerabilidade no mundo do trabalho para os segmentos contemplados no quadro abaixo pode ser expressa também por meio da taxa de desemprego, do rendimento médio de todos os trabalhos, da incidência do trabalho assalariado sem carteira assinada e do trabalho autônomo.

No Quadro 3.2, pode-se observar que as informações disponíveis para caracterizar a propriedade de ativos não são as mais adequadas, já que a busca da caracterização da posse de ativos está limitada à propriedade de imóveis rurais e de domicílios - que, por hipótese, quando relacionada ao número de cômodos, expressariam situações de famílias com maior patrimônio. Observa-se, portanto, as enormes limitações das fontes e as dificuldades na elaboração de indicadores que buscam relacionar a posse de ativos com a situação de indivíduos ou de membros da família no mundo do trabalho. Entretanto, indicadores como os apresentados no Quadro 3.2 podem ser melhorados, principalmente com o aumento ou a diversificação do grau de sobreposição dos grupos vulneráveis, mesmo utilizando-se os dados da PNAD e, principalmente, do Censo Demográfico.

QUADRO 3.2

Indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho, segundo a posse de ativos de determinados grupos familiares

<i>Características patrimoniais ou de renda dos chefes de famílias</i>
Jovens de 16 a 24 anos membros de famílias com algum membro proprietário de imóvel rural
Mulheres cônjuges ou chefes membros de família com algum membro proprietário de imóvel rural
Negros membros de famílias com algum membro proprietário de imóvel rural
Pessoas com baixo grau de instrução membro de família com algum membro proprietário de imóvel rural
Jovens de 16 a 24 anos membros de famílias com algum membro proprietário de domicílio pago com seis ou mais cômodos
Mulheres cônjuges ou chefes membros de família com algum membro proprietário de domicílio pago com seis ou mais cômodos
Negros membros de famílias com algum membro proprietário de domicílio pago com seis ou mais cômodos
Pessoas com baixo grau de instrução membro de família com algum membro proprietário de domicílio pago com seis ou mais cômodos

Estudos especiais poderiam ser realizados principalmente com os dados do Censo Demográfico, que apesar de suas limitações em termos de periodicidade, oferece um conjunto de vantagens em termos de possibilidades de cruzamentos, de utilização de indicadores com maior grau de sobreposições e é mais adequado para tratamento mais detalhado das informações, em função de sua maior representatividade amostral. Além disso, outras fontes de informações podem ser buscadas ou novas pesquisas realizadas com o objetivo de explicitar as relações existentes entre a falta de posse de ativos e o grau de vulnerabilidade no mundo do trabalho.

Antes da operacionalização de indicadores que busquem relacionar a posse de ativos e as diferentes situações de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro é preciso avançar na reflexão em relação à elaboração de indicadores e à qualidade das informações que poderão ser obtidas. A operacionalização desses indicadores com os dados do Censo Demográfico de 1991 e 2000, por exemplo, poderia oferecer dados sobre uma realidade já alterada com os movimentos ocorridos na estrutura produtiva, na sociedade e no mundo do trabalho brasileiro. Provavelmente, resultados mais positivos serão alcançados com a comparação dos dados do Censo Demográfico de 2000 com o de 2010. Há ainda a necessidade de avançar na reflexão sobre as melhores formas de controlar influências adicionais que poderiam não ser captadas pelos indicadores propostos. O segmento de jovens de 16 a 24 anos integrantes de famílias com algum membro proprietário de imóvel rural, por exemplo, pode ter grande participação de pequenos produtores (e seus filhos) empobrecidos e, dada a impossibilidade de contar com informações sobre o tamanho ou valor da propriedade, os dados sobre a situação dos membros de famílias proprietárias de terras pode revelar condições mais precárias de trabalho; ao contrário do que se poderia esperar de famílias proprietárias (e ricas) que poderiam construir condições de melhor inserção de seus membros no mercado de trabalho. Em outros casos, as informações referentes às pessoas integrantes de famílias proprietárias de casas com seis ou mais cômodos podem, por exemplo, estar refletindo boa parte da situação dos membros residentes em áreas deterioradas da periferia, onde puderam ter acesso ao imóvel por meio de longos processos de autoconstrução; da mesma forma, o indicador de propriedade – com este grau de precariedade – poderia não ser suficiente para expressar uma melhor situação patrimonial e para caracterizar a relação entre posse de ativos e vulnerabilidade no mundo do trabalho.

Por tudo isso, conclui-se que se deve avançar na discussão sobre a elaboração deste tipo de indicador, buscando melhores fontes, informações e propostas de indicadores que considerem a relação entre posse de ativos e vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro, motivo pelo qual os indicadores propostos no Quadro 3.2 não serão operacionalizados no presente trabalho, servindo sua apresentação no referido quadro apenas como forma de mostrar e discutir alguns limites e dificuldades para produzir indicadores dessa natureza.

Assim, a operacionalização e análise de diversos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho terão como foco principal os aspectos associados aos atributos pessoais (idade, grau de instrução, saúde etc.) e sociais (gênero, cor ou raça e migrantes). Como vimos na seção anterior, um foco importante para investir na compreensão da vulnerabilidade no mundo do trabalho é o aprofundamento da investigação dos efeitos da sobreposição de mais de uma das condições que definem as situações de vulnerabilidade pessoal ou social, e que geralmente aumenta o grau de vulnerabilidade no mundo do trabalho.

Considerando as diversas conclusões deste trabalho, foram elaborados os indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho apresentados nas tabelas que são mostradas a seguir. No processo de construção desses indicadores, primeiramente foram respeitados segmentos com algum grau de sobreposição de características pessoais ou familiares, para o conjunto do país e para os universos urbano e rural (veja Quadro 3.3). Em função dessa desagregação por situação do domicílio, com o objetivo de investigar como os indicadores de vulnerabilidade revelam diferenças entre esses dois universos, o grau de sobreposição ou de detalhamento dos segmentos vulneráveis levados em conta não pôde ser muito elevado. Considerou-se apenas, para homens e mulheres, a faixa etária, a cor da pele, a condição de migrante recente ou não, o grau de instrução e chefes de famílias sem cônjuge com filhos pequenos (até 14 anos). A taxa de desemprego, o rendimento nominal médio de todos os trabalhos, a proporção de trabalhadores assalariados sem carteira e do trabalho autônomo foram as dimensões do mundo do trabalho utilizadas para expressar as situações de vulnerabilidade. Foi realizado um quadro para cada universo: conjunto do país; meio urbano; e meio rural. Além disso, foram produzidos quadros auxiliares sobre a variação relativa dos rendimentos, no sentido de facilitar a análise. Os dados elaborados com as informações da PNAD, para os anos de 2002 e 2006, serão demonstrados e examinados somente no próximo relatório, correspondente ao Produto 3 e que trata da

operacionalização e análise dos indicadores propostos. No presente relatório, são apresentados, em diversos quadros, os indicadores construídos a partir das considerações anteriores.

QUADRO 3.3
Indicadores de Vulnerabilidade com sobreposições
Brasil. Total, Urbano e Rural 2002 e 2006

Situações de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho (Brasil Total, Urbano e Rural)
Total
Total homens
Total mulheres
Homens jovens
Mulheres jovens
Total idosos
Homens idosos (60 anos ou mais)
Mulheres idosas (60 anos ou mais)
Total de famílias com chefe sem cônjuge com filhos pequenos
Famílias chefiadas por homens sem cônjuges com filhos pequenos
Famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge com filhos pequenos
Total brancos
Homens brancos
Mulheres brancas
Total não brancos
Homens não brancos
Mulheres não brancas
Total migrantes (até 4 anos)
Homens migrantes
Mulheres migrantes
Total com o primeiro grau completo
Homens com o primeiro grau completo
Mulheres com o primeiro grau completo
Total com o segundo grau completo
Homens com o segundo grau completo
Mulheres com o segundo grau completo

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

Um grau de detalhamento maior dos segmentos vulneráveis no mundo do trabalho foi utilizado na elaboração de outro conjunto de indicadores para o conjunto do país e para os estados de São Paulo e da Bahia. Em função desse maior grau de detalhamento não foi possível desagregar os dados para os universos rural e urbano, pois, caso contrário, não apresentariam significância estatística, especialmente no caso do meio rural. Foram usadas as informações da PNAD na produção dos indicadores, para os anos de 2002 e 2006. Neste caso, foram cruzadas as variáveis sexo, faixa etária, cor da pele ou raça, grau de instrução e migração (tempo de residência) e também utilizado o indicador de chefes de famílias sem cônjuge com filhos pequenos.

Além dos sexos masculino e feminino (homens e mulheres), foram considerados jovens aqueles com idade entre 16 e 24 anos; adultos com idade entre 25 e 59 anos; idosos aqueles com 60 anos ou mais. Em relação à cor da pele foram respeitados os que se declararam brancos e os que se declararam em outra situação (preto, pardo etc.). Neste caso, com baixo grau de instrução foram consideradas pessoas com até o primeiro grau completo, inclusive analfabetos. Para o outro segmento de grau de instrução foram levadas em conta as pessoas com nível de escolaridade igual ou acima do segundo grau completo, assim como migrantes recentes, aqueles com até quatro anos de residência no município que residia na data da pesquisa e para migrantes não recentes as pessoas residindo no mesmo domicílio por 10 anos ou mais. Foram também consideradas as pessoas de referência da família como a(o)s chefes das famílias, que não apresentavam o membro cônjuge e que tinham filho(s) com até 14 anos de idade. Os indicadores, em geral, refletem as características de indivíduos e de famílias e compreendem tanto o setor formal como o setor informal da economia.

No que se refere às dimensões do mundo do trabalho foram consideradas as taxas de desemprego, o rendimento médio nominal de todos os trabalhos, a proporção de assalariados sem carteira de trabalho assinada e a de autônomos de baixa renda, ou seja, dos autônomos com renda de até um salário mínimo de 2002, corrigido pelo INPC/PNAD (34,9%) para determinar o valor do baixo rendimento para o ano de 2006. Como o universo constituído por trabalhadores autônomos é muito heterogêneo e nem todas as atividades representam necessariamente uma situação de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro, diferentemente dos dados apresentados nos quadros anteriores, as informações para esse universo, relativas aos indicadores apresentados no Quadro 3.4, são apenas para os de baixa renda.

QUADRO 3.4.

Indicadores de Vulnerabilidade no Mundo do Trabalho, segundo algumas características das pessoas e das famílias. Brasil, Urbano e Rural. 2002 e 2006

Indicadores de Vulnerabilidade	Períodos	Abrangência	Universo	Indicadores do Mundo do Trabalho
Total	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, Famílias, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Total de jovens brancos	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Total de jovens não brancos	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens mulheres brancas	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens mulheres não brancas	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens homens brancos com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens homens brancos com no mínimo o segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens homens não brancos com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens homens não brancos com no mínimo o segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens mulheres brancas com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens mulheres brancas com no mínimo o segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens mulheres não brancas com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Jovens mulheres não brancas com no mínimo o segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, Famílias, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, Famílias, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, Famílias, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, Famílias, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Famílias chefiadas por mulheres brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com no mínimo o segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, Famílias, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Famílias chefiadas por mulheres não brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, Famílias, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Famílias chefiadas por mulheres não	2002 e 2006	Nacional e	Indivíduos, Famílias,	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio,

brancas sem cônjuge com filhos pequenos, com no mínimo o segundo grau completo		Estadual	setor formal e informal	Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos brancos	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos não brancos	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos mulheres brancas	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos mulheres não brancas	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos homens brancos com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos homens brancos com no mínimo o segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos homens não brancos com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos homens não brancos com no mínimo o segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos mulheres brancas com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos mulheres brancas com segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos mulheres não brancas com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Idosos mulheres não brancas com no mínimo o segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Migrantes com baixo grau de instrução	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Migrantes com no mínimo o segundo grau completo	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Migrantes jovens	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Migrantes homens jovens	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Migrantes mulheres jovens	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Migrantes homens jovens brancos	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Migrantes homens jovens não brancos	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Migrantes mulheres jovens brancas	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda
Migrantes mulheres jovens não brancas	2002 e 2006	Nacional e Estadual	Indivíduos, setor formal e informal	Taxa de Desemprego, Rendimento Médio, Assalariados sem carteira, autônomos de baixa renda

Fonte: PNAD/IBGE, 2002 e 2006

Também foram elaborados indicadores de vulnerabilidade à demissão sem justa causa dos empregados do setor formal, a partir dos dados mais recentes disponíveis da RAIS/MTE, ou seja, para os anos de 2002 e 2005. Neste caso, buscou-se avaliar a vulnerabilidade no mundo do trabalho considerando o sexo, a cor da pele ou raça (pessoas que se declararam brancas e em outras situações – não brancas), a faixa etária (jovens de 16 a 24 anos, adultos com idade entre 25 e 59 anos e idosos com 60 anos ou mais), e o grau de instrução (pessoas com até o primeiro grau completo com baixo grau de instrução e pessoas com o segundo grau completo). Com essas posições foram, do mesmo modo, produzidos indicadores que contemplam sobreposições de situações de vulnerabilidade à demissão sem justa causa. Apresentaram-se as informações, para cada segmento, sobre o número absoluto de demitidos (Indicador 1), a proporção de demitidos em relação ao estoque total da RAIS no final de cada ano considerado (Indicador 2), e a razão entre a participação dos demitidos sem justa causa e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados no final de cada ano (Indicador 3). Para a construção desse último indicador, foi necessário contemplar a participação relativa do segmento considerado em relação ao total do estoque e a participação relativa dos demitidos de cada um em relação ao total de demitidos ao longo de cada ano. As informações foram também elaboradas para o conjunto do país e para os estados de São Paulo e da Bahia (veja Quadro 3.5).

Esse indicadores podem expressar alguns impactos das alterações ocorridas na estrutura de emprego do setor formal, em função de mudanças do nível da atividade, tecnológicas, organizacionais, entre outras, que acabam criando ou destruindo postos de trabalho neste setor e que apresentam conseqüências diferenciadas nos segmentos da população. A comparação entre as duas unidades da federação também pode revelar de que forma as mudanças e as respectivas estruturas produtivas, ocupacionais e socioculturais afetam diferentemente a população em relação à vulnerabilidade à demissão sem justa causa.

No relatório seguinte, correspondente ao Produto 3, serão preparados os dados relativos aos indicadores propostos nos quadros 3.3, 3.4 e 3.5. Com apresentação e análise dos dados, espera-se que diversas questões metodológicas associadas aos indicadores possam ficar mais compreensíveis e que a observação possa revelar a importância dos pressupostos que guiaram a construção dos indicadores de vulnerabilidade no mundo do trabalho brasileiro.

QUADRO 3.5

Indicadores de vulnerabilidade à demissão sem justa causa no Setor Formal. Brasil, Estados de São Paulo e da Bahia, 2002 e 2005

<i>Perfil dos Demitidos</i>	<i>Indicador 1</i>	<i>Indicador 2</i>	<i>Indicador 3</i>	<i>Periodicidade e fonte</i>	<i>Universo</i>
Total	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Total de homens	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Homens brancos	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Homens não brancos	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Total de mulheres	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Mulheres brancas	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Mulheres não brancas	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Total de brancos	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Total de não brancos	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Total de jovens (16 a 24 anos)	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Total de adultos (de 25 a 59 anos)	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Total de idosos (60 ou mais)	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Total de pessoas com até o primeiro grau completo	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Total de pessoas com segundo grau completo	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Jovens brancos	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Jovens não brancos	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Jovens mulheres brancas	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Jovens mulheres não brancas	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de dezembro	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva participação do segmento no estoque de ocupados.	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual
Jovens homens brancos com baixo grau de instrução	Números absolutos	% em relação ao estoque de 31 de	Razão entre a participação dos demitidos sem justa causa de cada segmento e a respectiva	Anual RAIS/MTE	Nacional, e Estadual

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANKER, Richard; CHERNYSHEV, Igor; EGGER, Philippe; MEHRAN Farhad e RITTER, Joseph A. La medición del trabajo decente con indicadores estadísticos. Revista Internacional del Trabajo, vol. 122 (2003), núm. 2. <http://www.oit.org.pe>
- ATTANASIO, Orazio y Miguel Székely (comp.). (1999). “Pobreza y activos en la América Latina”. El Trimestre Económico, vol. LXVI (3), núm. 263, Julio-Septiembre. México.
- BARRO, P.; D. de los Ríos y F. Torche. (1996). “Lecturas sobre Exclusión Social”. Oficina Internacional del Trabajo (OIT). Santiago de Chile.
- BUSSO, Gustavo. Vulnerabilidad Social: nociones e implicancias de políticas para latinoamerica a inicios del siglo xxi. Seminario Internacional: Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile, 20 y 21 de junio de 2001. In. <http://www.eclac.org>
- CARBONETTO, D; HOYLE, J; TUEROS, M. (1988): .Lima: sector informal. Ediciones CEDEP, Lima.
- CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. Cadernos CRH, nº 26 e 27, pp. 19-40, 1997a.
- _____. As armadilhas da exclusão. In Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC, 1997b, pp. 15-48.
- CELADE. (1999b.). “Vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe”. Área de Población y Desarrollo. LC/DEM/R.298, Santiago de Chile.
- CEPAL. (2000 a.). “Panorama social de América Latina”. LC/G.2068-P, Santiago de Chile.
- DE SOTO, Hernando (1987): “El otro sendero” Editorial Sudamericana, Buenos Aires
- DIEESE – CESIT/UNICAMP. Projeto de qualificação social para atuação de sujeitos ou grupos sociais na negociação coletiva e na gestão de políticas públicas. Subprojeto 3 e 4 : Indicadores de Trabalho Decente e Vulnerabilidade. Produto 1. Mimeo, 2007.
- FERES, Juan Carlos y Xavier Mancero. (2001). “Enfoques para la medición de la pobreza. Breve revisión de la literatura”. CEPAL. LC/L 1479-P, Santiago de Chile
- GARCÍA SERRANO, C.; M. A. Malo y G. Rodríguez Cabrero (1998). “Un intento de medición de la vulnerabilidad ante la exclusión social”. Unidad de Políticas Comparadas (CSIC). Documento de trabajo 00-13. España.
- GARCIA, Brígida. La situación laboral precaria: marcos conceituales e ejes analíticos pertinente. Revista Trabajo, ano 2, nº 3, Julio-diciembre de 2006, OIT-México.

IBGE. Censo Demográfico de 2000.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. 2002.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. 2006

INSTITUTO OBSERVATÓRIO SOCIAL. <http://www.observatoriosocial.org.br>

KAZTMAN, R. Seducidos y abandonados: el aislamiento social de los pobres urbanos. Revista de la CEPAL, Santiago do Chile, nº75, p.171-189. dec.2001.

_____. (Coord.). Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.

_____. et al. Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay. Santiago do Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107)

_____. Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social. México: BID-BIRF-CEPAL, 2000. (Borrador para discusión. 5 Taller regional, la medición de la pobreza, métodos e aplicaciones). www.eclac.cl/deype/noticias/proyectos.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil. Estados Unidos, França e Brasil. RBCS. Vol. 18 nº 51 fevereiro, 2003.

LIND, Michael. The Next American Nation: The New Nationalism and the Fourth American Revolution. New York. The Free Press, 1995.

MAC-CLURE, O. y R. Urnameta. (1996). “Evaluación de las políticas frente a la pobreza y la Exclusión en Chile”. OIT. Santiago de Chile.

MANCERO, Xavier. (2001). “La medición del desarrollo humano: elementos de un debate”. CEPAL. LC/L.1518-P, Santiago de Chile.

MARTÍNEZ, Jorge. (2000). “Migración internacional de jóvenes latinoamericanos y caribeños: protagonismo y vulnerabilidad”. CEPAL-CELADE. LC/L1407/Corr.1-P, Santiago de Chile.

MOSER, Caroline. (1998). “The Asset Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies”. World Development, vol 26 N 1, Gran Bretaña, Elsevier Science.

NIRENBERG, Olga; Josette Brawerman y Violteta Ruíz. (2000). “Evaluar para la transformación. Innovaciones en la evaluación de programas y proyectos sociales”. PAIDOS. Buenos Aires.

OFFE, Claus. Capitalismo Desorganizado: transformações contemporâneas do trabalho e da política. São Paulo, Brasiliense, 1988.

OIT - Organização Internacional do Trabalho. <http://www.ilo.org>

_____. Escritório no Brasil. <http://www.oitbrasil.org.br>

_____. Oficina Regional para América Latina y el Caribe. <http://www.oit.org.pe>

PERONA, Nélica, C. Crucella, G. Rocchi y R. Silva. (2001). “Vulnerabilidad y exclusión social. Una propuesta metodológica para el estudio de las condiciones de vida de los hogares”.

PIZARRO, Roberto. (2001). “La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina”. Serie Estudios Estadísticos y Prospectivos n 6. CEPAL. Santiago de Chile.

PNUD. (1999). “Informe de Desarrollo Humano 1998”. Bolivia.

POK, Cynthia e LORENZETTI, Andrea: El abordaje conceptual-metodológico de la informalidad. In. Revista Lavboratorio - Estudios sobre Cambio Estructural y Desigualdad Social (CEyDS) / Facultad de Ciencias Sociales, UBA. Año 8. Número 20. Verano - Otoño 2007. <http://lavboratorio.fsoc.uba.ar>

PORTES, A. (1995): .En torno a la informalidad: ensayo sobre teoría y medición de la economía no regulada. FLACSO-Porrúa Grupo Editorial, México.

RIVADENEIRA, Luis. (2000). “Insumos sociodemográficos en la gestión de políticas sectoriales”. CEPAL-CELADE. LC/L.1460-P, Santiago de Chile.

RODRÍGUEZ V., Jorge. (2000 a.). “Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales”. CEPAL-CELADE. LC/L.1422-P, Santiago de Chile.

RODRÍGUEZ V., Jorge. (2000 b.). “Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes”. CEPAL-CELADE. LC/R.2043, Santiago de Chile.

RUIZ TAGLE, Jaime. (1999). “La exclusión social en el mercado de trabajo. El caso del MERCOSUR y Chile”. OIT. Santiago de Chile.

SALVIA, Agustín y Eduardo Donza. (2001). “Las estrategias familiares de vida en época de reformas”. Lavboratorio, Informe de coyuntura laboral. Año 2, nro. 6, verano. Facultad de Ciencias Sociales. Universidad de Buenos Aires. Argentina.

SEADE - Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. <http://www.seade.gov.br/produtos/ipvs/apresentacao.php>

SEN, Amartya. (1999). “Romper el ciclo de la pobreza. Invertir en la infancia”. Conferencias magistrales. BID. Departamento de Desarrollo Sostenible, División de Desarrollo Social. Washington D.C., Estados Unidos.

TORRADO, Susana y Rafael Rofman. (1988). “Clases sociales, familia y comportamientos sociodemográficos. Argentina 1970”. Cuadernos del CEUR. Centro de Estudios Urbanos y Regionales. Buenos Aires, Argentina.

VILLA, Miguel. (2000). “Vulnerabilidad social y sociodemográfica a escala de comunidades”. en Memoria del taller interno sobre vulnerabilidad social y sociodemográfica. CELADE

WELLER, Jürgen. (2000). “Tendencias del empleo en los años noventa en América Latina y el Caribe”. Revista de la CEPAL n° 72. CEPAL. Santiago de Chile.